

Terra indígena Malacacheta: ocupação do espaço e uso dos recursos hídricos¹

Malacacheta indigenous land: occupation of space and use of water resources

Tierra indígena Malacacheta: ocupación del espacio y uso de los recursos hídricos

Erison da Silva Cadete

<https://orcid.org/0009-0002-9322-5884>

erisoncadete@hotmail.com

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RO, Brasil

Maria Bárbara Magalhães Bethonico

<https://orcid.org/0000-0002-0144-0716>

maria.bethonico@ufrr.br

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RO, Brasil

Resumo: O crescimento populacional verificado em terras indígenas acarreta uma reorganização do espaço. No caso da Terra Indígena Malacacheta, localizada na etnorregião Serra da Lua, no município do Cantá, Roraima, o crescimento populacional das comunidades Malacacheta e Jacaminzinho gerou a criação de novos bairros, com ocupação de espaços alternativos. Uma das consequências é o aumento do uso da água com reflexos negativos, tanto na quantidade quanto na qualidade. Diante desta realidade, o estudo buscou compreender como se deu a ampliação do espaço ocupado pelos moradores e sua relação com a bacia hidrográfica do igarapé do Cavalo, afluente do rio Quitauaú. Com o uso de dados secundários, observação e entrevistas, foi possível perceber que, com o surgimento desses novos bairros, a tendência é a ocupação do espaço no entorno dos mananciais, o que afeta os recursos hídricos com lixo e queimadas, com consequências para próximas gerações. Por não haver a sensibilização dos moradores para com recursos hídricos e sua importância, tanto na quantidade quanto na qualidade, a situação de degradação permanece e tende a aumentar.

Palavras-chave: Terras indígenas, espaço geográfico, bacias hidrográficas, Roraima.

Abstract: Population growth on indigenous lands leads to a reorganization of the space. In the case of the Malacacheta Indigenous Land, located in the Serra da Lua ethnoregion, in the municipality of Cantá, state of Roraima/Brazil, the population

1 Este artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso/TCC defendido por um aluno indígena, morador da comunidade Malacacheta e estudante do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima. Declaramos que foram considerados os cuidados éticos e todas as entrevistas foram autorizadas pelos sujeitos. Destaca-se que a pesquisa foi autorizada em reunião comunitária e pelo tuxaua (liderança máxima de uma comunidade indígena), bem como faz parte do processo de formação do aluno que inicia as observações ainda no quarto semestre do curso (momento de autorização da pesquisa e acompanhamento por parte do tuxaua).

growth in the Malacacheta and Jacaminzinho communities has led to the creation of new neighborhoods, occupying alternative spaces. One of the consequences is the increasing of the use of water, with both negative quantity and quality repercussions. Given this reality, the study sought to understand how the space occupied by residents has expanded and its relationship with the watershed of the Cavalo stream, a tributary of the Quitauaú river. Using secondary data, observation and interviews, it was possible to see that, with the emergence of these new neighborhoods, the tendency is to occupy the space around the springs, with garbage and fires affecting water resources, with consequences for future generations. As there is no awareness among residents of the importance of water resources, both in terms of quantity and quality, the situation of degradation remains and tends to increase.

Keywords: indigenous lands, geographic space, river basins, Roraima.

Resumen: El crecimiento demográfico en las tierras indígenas lleva a una reorganización del espacio. En el caso de la Tierra Indígena de Malacacheta, situada en la etnorregión de Serra da Lua, en el municipio de Cantá, Roraima, el crecimiento demográfico de las comunidades de Malacacheta y Jacaminzinho ha llevado a la creación de nuevos barrios, ocupando espacios alternativos. Una de las consecuencias es el aumento del uso del agua, con repercusiones negativas tanto en términos de cantidad como de calidad. Ante esta realidad, el estudio buscó comprender cómo se ha expandido el espacio ocupado por los residentes y su relación con la cuenca hidrográfica del arroyo Cavalo, afluente del río Quitauaú. A partir de datos secundarios, observación y entrevistas, se pudo constatar que, con el surgimiento de estos nuevos barrios, la tendencia es ocupar el espacio alrededor de las nacientes, lo que afecta los recursos hídricos con basura e incendios, con consecuencias para las generaciones futuras. Como no hay conciencia entre los residentes de la importancia de los recursos hídricos, tanto en términos de cantidad como de calidad, la situación de degradación se mantiene y tiende a aumentar.

Palabras clave: tierras indígenas, espacio geográfico, cuencas, Roraima.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população, o surgimento de novos locais de moradia e expansão da área ocupada têm relação direta com o uso dos recursos hídricos. Essa situação em áreas indígenas demonstra a dinâmica da população e, também, a preocupação com o uso da água, tanto na quantidade disponível quanto com a qualidade para uso humano. Diante desta questão, este artigo pretende discutir a realidade da comunidade Malacacheta, localizada no município do Cantá, Roraima e tem o objetivo de analisar a ampliação do espaço ocupado pelos moradores e sua relação com as bacias hidrográficas.

Para tal, foi necessário resgatar elementos do processo histórico da identificação, demarcação e homologação da Terra Indígena Malacacheta (TIM) e compreender a formação espacial. Deste modo, oportuniza-se a discussão de momentos recentes, importante para identificar os rios e igarapés que têm relevância para a comunidade e relacionar com os novos pontos de ocupação na terra indígena. Considera-se, ainda, a visão dos moradores sobre as questões que afetam os igarapés como um importante elemento de análise, o qual é contemplado nos depoimentos coletados em campo.

Para alcançar esses objetivos foram realizados levantamentos bibliográficos e estudo do processo de criação da TIM, material disponibilizado pela Fundação Nacional dos

Povos Indígenas (FUNAI). Não foi realizada uma revisão teórico-conceitual detalhada, uma vez que é apresentado o resultado de pesquisa empírica, da qual o autor principal se insere como pesquisador participante, integrante (indígena) da terra indígena.

Dados secundários obtidos a partir do ano de 2000 foram agrupados para explicar a dinâmica populacional, como a formação de novos bairros, tendo como fonte os censos populacionais do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) Leste de Roraima. Cinco entrevistas foram conduzidas com moradores da comunidade Malacacheta, selecionados entre lideranças (tuxauas, gestor da escola e vice-tuxaua), moradores e ex-tuxaua. Nas entrevistas semiestruturadas, com questões elaboradas previamente, manteve-se a liberdade dos entrevistados em completar informações que considerassem importantes. A observação direta permitiu a elaboração de mapa e registro de imagens sobre as condições dos igarapés.

A TIM está localizada na etnorregião da Serra da Lua e tem os Wapichana como grupo predominante. Estes pertencem ao tronco linguístico Arwak (família Arawak), falada na Guiana, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa (Silva, 2019). Os Wapichana ocupam territórios no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, principalmente no interflúvio dos rios Branco (no Brasil) e Rupununi (na Guiana). No Brasil este grupo é encontrado também nos vales dos rios roraimenses Uraricoera, Surumu e Amajari.

A ETNORREGIÃO SERRA DA LUA E A TERRA INDÍGENA MALACACHETA

O estado de Roraima possui 32 terras indígenas (46,2% do território do estado) já demarcadas, homologadas e registradas onde habitam indígenas das etnias Macuxi (Makuxí), Wapichana (Wapixana), Ingaricó (Ingarikó), Patamona, Taurepang (Taulipáng), Wai-wai, Waimiri-Atroari, Yanomami (Yanomámi), Ye'kuana, Jaricuna, Mawayána, Karafawyana e Katuena (Silva, 2019). De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no ano de 2010, Roraima contava com uma população indígena de 55.922 registros (incluído áreas urbanas), com o segundo lugar entre os estados da Região Norte do Brasil (Garzoni & Bethonico, 2019). No último Censo (2022) a população indígena total foi 89.882 habitantes no estado de Roraima. Para o ano de 2021 foi registrada uma população de 55.170 indígenas que habitam as terras indígenas, de acordo com o Distrito Sanitário Especial Indígena/DSEI-Leste de Roraima.

Estas terras indígenas são organizadas em regiões de acordo com alguns critérios, sendo um deles o estipulado pelo Sistema Único de Saúde, onde os territórios são organizados por distritos sanitários (Distrito Sanitário Especial Indígena/DSEI) e estes por polos-base (conjunto de comunidades com proximidade geográfica). Em Roraima são dois distritos, o DSEI-Leste, que agrupa 31 terras indígenas, e o DSEI-Yanomami que abrange as comunidades da terra indígena com o mesmo nome.

Outra divisão espacial se dá por etnorregiões, utilizando um critério estabelecido pelas lideranças e organizações indígenas. São 14 etnorregiões: a) Serras, Ingaricó, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa (Terra Indígena Raposa Serra do Sol); b) Baixo São Marcos, Médio São Marcos e Alto São Marcos (Terra Indígena São Marcos); c) Amajari (Terras Indígenas

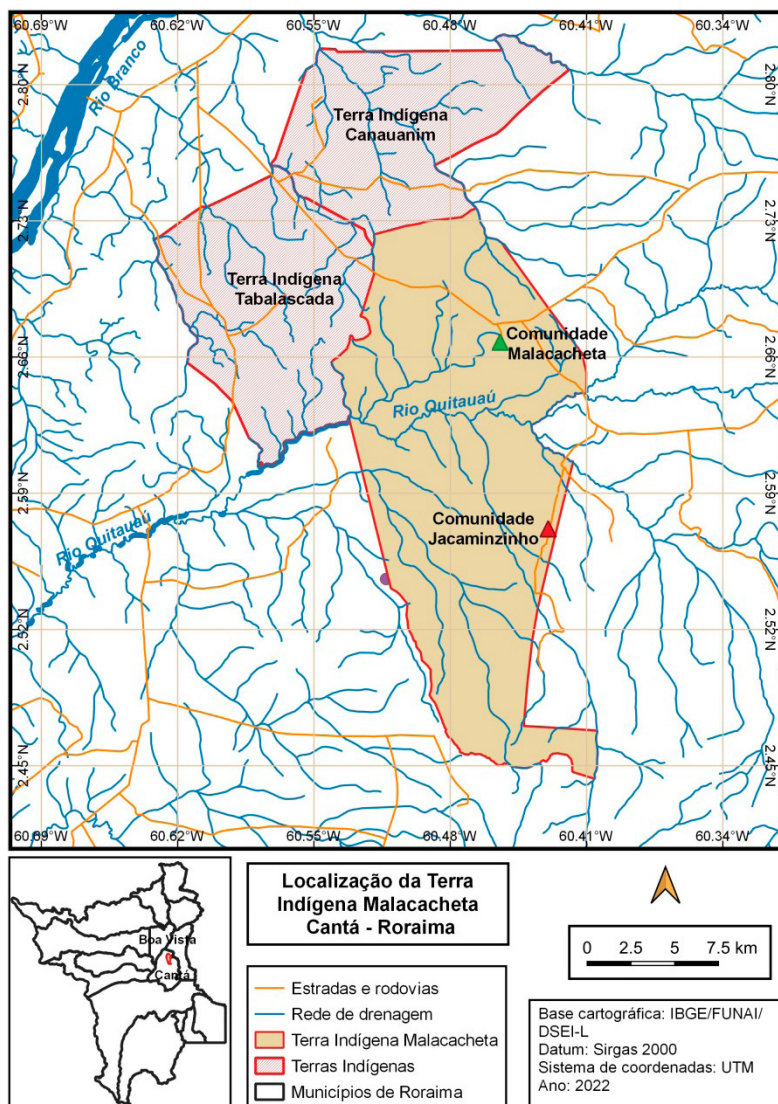
Anaro, Aningal, Ouro, Ponta da Serra, Ananás, Araçá, Cajueiro, Santa Inês); d) Murupu (Terras Indígenas Serra da Moça e Truaru); e) Tabaio (Terras Indígenas Anta, Barata-Livramento, Pium, Boqueirão, Mangueira, Raimundão e Sucuba); f) Serra da Lua (Terras Indígenas Canauani, Malacacheta, Moscou, Muriru, Tabalascada, Bom Jesus, Jabuti, Manoá-Pium e Jacamim); g) Wai-wai (Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Wai-wai) e Yanomani (Terra Indígena Yanomami).

Segundo Garzoni e Bethonico (2019), uma etnorregião segue a escala geográfica local, isto é, comunidades indígenas. Uma terra indígena é dividida espacialmente por comunidades que são agrupadas formando uma etnorregião. Assim, uma etnorregião pode corresponder a um conjunto de comunidades de uma mesma terra indígena ou a comunidades de terras diferentes. Cada etnorregião tem um representante frente às organizações indígenas e, este fato, permite que cada comunidade tenha voz nas assembleias. As etnorregiões significam, também, uma organização do território que permite o estabelecimento de uma rede de comunicação entre unidades menores (locais) com as organizações e o Estado.

A etnorregião da Serra da Lua tem sua paisagem marcada pelo Lavrado (savana) e áreas de mata. Agrupa nove terras indígenas, 24 comunidades e três polos-base, com uma população total de 10.013 moradores, distribuídos em 2.102 famílias no ano de 2021. Dentre as terras indígenas, destaca-se a Malacacheta, que tem duas comunidades (Malacacheta e Jacaminzinho), com uma população de 1.336 moradores e 310 famílias (SESAI-LRR/DSEI, 2022). Esta terra indígena está localizada no município do Cantá e faz limites com as Terras Indígenas Tabalascada e Canauanim; tem como principal rede de drenagem o rio Quitauaú e seus afluentes (Figura 1).

A Terra Indígena Malacacheta foi delimitada em 21 de maio de 1982, através da Portaria nº 1227, publicada no Diário Oficial da União de 11 de junho de 1982 (CEDI, 1991: 145), com uma extensão de 28.631 hectares. O decreto de homologação foi assinado no dia 05 de janeiro do mesmo ano. A área foi registrada no Cartório de Registro de Imóvel do município de Bonfim/RR, conforme matrícula nº 17. 305 livros 2RG, fls. 1 e 2 em 19 de janeiro de 1998.

Figura 1: mapa de localização da área de estudo



Fonte: elaborado a partir da base cartográfica contínua do IBGE.

De acordo com o tuxaua (relato no momento da entrevista), as línguas faladas na TI são wapichana, macuxi e o inglês, usado fluentemente pela maioria das pessoas mais idosas. As pessoas mais jovens, com idade entre 10 e 30 anos utilizam a língua portuguesa como materna, imposta como língua nacional, com consequente fragmentação da cultura. Mesmo assim, pode se encontrar a diversidade cultural que resiste na comunidade, como conhecimento indígena que é passado de pais para filhos por algumas famílias como: ensinar a plantar, pescar, caçar, fazer farinha, tirar goma, fazer e cuidar da roça, trançar artesanato, construir casa, fazer poço, dentre outras atividades que integram o cotidiano da comunidade.

A Serra da Lua tem grande importância para os moradores desde a década de 1980. Usavam suas matas para a caça, mas manifestavam preocupação com a ocupação por posseiros e viam nesta ação o risco de perderem o território e diminuição dos animais de caça. Esta situação de insegurança é agravada pelo desmatamento crescente decorrente

da implantação de projetos econômicos regionais, fato que influencia nas condições de subsistência do grupo (FUNAI, 1981).

Posteriormente, na década de 1990 a ocupação da região já era marcada pelo plantio comercial da árvore exótica *Acacia mangium*, com glebas nos municípios de Cantá (onde está localizada a TI Malacacheta), Bonfim, Alto Alegre e Boa Vista, formando o entorno das terras indígenas das etnorregiões da Serra da Lua, Murupu e Tabaió. A justificativa para os plantios estava na promessa de desenvolvimento econômico para o estado e a oferta de empregos para moradores dos municípios.

Atualmente, as consequências desta ação estão na invasão de espaços de roças por plantas de acácias, abelhas, mudanças na coloração da água dos igarapés, proibição de caçar e pescar para os indígenas da região, situações atribuídas a uma ausência de monitoramento por parte da empresa responsável pelos plantios. De acordo com um mapeamento publicado no ano de 2014, a TIM tem parte de seus limites ocupada pelo plantio das acácias, em *área da bacia hidrográfica do igarapé Capivara, afluente do rio Quitauaú* (Almeida, 2014), situado a montante da TIM, portanto afetando diretamente os moradores.

HISTÓRIA DA TERRA INDÍGENA MALACACHETA

O estado de Roraima é marcado, dentre outros aspectos, por ser um estado de fronteira (Venezuela e Guiana) e integrar a região Amazônica. Alguns séculos se passaram até que os colonizadores (portugueses) efetivassem a apropriação de terras ocupadas tradicionalmente por indígenas com a finalidade de definir os limites territoriais da colônia. A região, desde o século XVIII, convivia com a presença de europeus, principalmente ingleses, espanhóis, holandeses e portugueses que disputavam a incorporação da área a seus domínios. A efetivação deste domínio ocorria com o contato com as populações originárias, com Portugal tendo criado alguns aldeamentos, povoados e construído o Forte São Joaquim na margem esquerda do rio Branco, próximo à confluência entre o rio Tacutu e rio Uraricoera, quando o rio Branco é formado. Outras ações ocorreram e marcam a vida dos povos indígenas: as fazendas, retiros de gado, missões religiosas, escolas e internatos, os quais tinham como objetivo controlar a população indígena, ampliando assim o domínio sobre a região (Bethonico, 2020).

O século XVII é um vácuo de registros históricos da ocupação portuguesa na região do rio Branco, situação atribuída a um silêncio diante da escravidão, comércio de pessoas e coleta de drogas do sertão com o uso da mão de obra indígena. Estes também cultivavam as roças para alimentar os novos moradores das ordens religiosas, o que persistiu até a primeira metade do século XVIII. Os religiosos abriram caminhos para colonos que se instalaram na região do Lavrado roraimense e passaram a conviver com os indígenas (Farage, 1991).

A lembrança de um espaço de comunidades sem a presença do homem branco (não indígena) ainda está no imaginário dos moradores da Malacacheta. De acordo com os relatos coletados durante a pesquisa, os primeiros moradores da Malacacheta foram os senhores Toninho, o Joãozinho, o Luiz, o João, o Caetano, o Alfredo, o Severino e o José, todos indígenas que viviam sós, pois não “existiam brancos”. Para a vida, trabalhavam

e ajudavam uns aos outros nos ajuris (trabalho coletivo), bebiam caxiri e dançavam parichara² até o dia amanhecer.

A preocupação em demarcar o território para o povo que vivia na região ocorre a partir da década de 1970. Em 1979 foi instituído pela FUNAI, um Grupo de Trabalho para realizar os fechamentos dos descritivos de áreas indígenas, isto é, concluir levantamentos incompletos. No relatório, os integrantes do GT apontam que os indígenas da comunidade (ou aldeia como era denominado na época) possuíam criação de animais como porcos, galinhas, patos e gado destinados à alimentação e comercialização em feiras de Boa Vista.

As roças ficavam próximas a igarapés como o Antônio, São Manoel, Aparecido, Pelado, Ouro e do rio Quitauaú. Importante destacar que esses igarapés não recebem esses nomes atualmente e, mesmo nos mapas presentes no processo de identificação e demarcação, esses locais não são descritos. O rio Quitauaú era importante para os moradores daquela época por ser a fonte de peixes (proteínas), pois a caça já se encontrava praticamente extinta. Sobre as habitações (Figura 2), os relatores destacam que

as casas, dispersas, são retangulares, de duas águas, cobertas com palha, de taipa, adobe, pau-a-pique, com 1 ou 2 portas, poucas janelas, o que favorece má ventilação e arejamento. O chão é de terra batida. Tem pouca ou nenhuma divisão interna. A cozinha localiza-se nos fundos da casa ou em construção anexa, as vezes sem as paredes laterais. Cozinham em fogões de barro ou diretamente sobre o solo (FUNAI, 1981, p. 30).

Existiu um grupo de indígenas, denominados como “sócios”, que compraram as terras de posseiros, conforme documentos presentes no processo. Um dos sócios era um tuxaua, sr. Constantino Viana Ferreira que, na época do relatório, tinha 68 anos. A FUNAI tinha conhecimento da situação, porém, a compra não representou tranquilidade, uma vez que existia um sentimento de insegurança quanto à posse, e que possuíam conhecimento que o primeiro comprador adquiriu as terras de indígenas. Este fato é do conhecimento de toda a comunidade e indagam o fato de como alguém pode comprar terra de um indígena, pois a terra era “do tempo dos antigos” e, por isso, um bem comum (FUNAI, 1981, fl. 33).

Figura 2: registro histórico de moradia na comunidade Malacacheta (1984).



Fonte: Instituto Sociambiental (2022).

2 Caxiri é uma bebida indígena com base na fermentação da mandioca. Parichara é a dança indígena para momentos festivos e comuns entre os povos de Roraima (Macuxi, Wapichana, Ingaricó, dentre outros).

De acordo com o Parecer n. 06/OFU/5ª SEUR/FUNAI/89, uma área de 3.600 hectares foi comprada pelos indígenas Francisco Mota da Silva, Alvino Alberto de Oliveira, Bernardo Henrique de Souza, Constantino Viana Pereira, Antônio Viana Pereira, Augusto da Costa Pereira, Raimundo Cruz, Raimundo Júlio, Edgar Alfredo de Oliveira e Tiago Cadete (FUNAI, 1981, fl. 165). Porém, nesta mesma década (1980), a comunidade (aldeia) já contava com a construção de uma igreja católica e o tuxaua eleito pela comunidade, o senhor Raimundo Cruz, implantou a roça comunitária, onde plantaram 50 hectares de milho (FUNAI, 1981). Os moradores estavam concentrados na área da aldeia/comunidade Malacacheta, que possuía uma população de 178 moradores (95 homens e 83 mulheres) das etnias Macuxi, do tronco linguístico Karib, e Wapichana, do tronco Aruak (FUNAI, 1981).

Com relação ao aspecto socioeconômico, no período da identificação e demarcação (década de 1980), a comunidade Malacacheta possuía 200 reses e cultivavam a roça comunitária que envolvia o trabalho de 25 homens. O excedente era comercializado em uma feira livre na cidade de Boa Vista; os produtos eram transportados em caminhão da FUNAI e os indígenas contribuíam com o combustível (FUNAI, 1981).

A VIDA NAS COMUNIDADES

De acordo com os entrevistados, a palavra Pyrat Dí'ik significa “dinheiro sem valor” e, na língua Wapichana, é a expressão usada para definir a comunidade Malacacheta. Buscam, com esta expressão, significar a cultura, a dança, a língua e os alimentos valorizados, como a damorida (prato típico, um ensopado que tem sua base em peixe ou carne de caça e com uso de muita pimenta) e o peixe moqueado. Indicam, também, a agricultura, a roça, de onde tiram seu sustento.

As famílias que moram nas comunidades da TIM têm com uma de suas principais fontes de sobrevivência as roças. Cultivam a macaxeira, milho, taioba, banana, melancia, mamão, abóbora (jerimum), pimenta “ardosa”, batata doce, cana e mandioca, sendo este último, o principal produto. A mandioca é o ingrediente para a fabricação da farinha, da goma, da tapioca, sendo uma das bases alimentares dos moradores (Figura 3).

Figura 3: roça na terra indígena Malacacheta



Fonte: Conselho Indígena de Roraima (2022).

Os entrevistados apontam que as atividades tradicionais, como caça e pesca, estão presentes entre os moradores, com algumas alterações: não fazem mais esta atividade no formato coletivo, mas individual - a ocasião de constituírem grupos para caçar e pescar está cada vez mais rara. No tempo do verão (setembro a março) alguns grupos se formam para a pesca com timbó, uma erva coletada na região para, após macerada, ser jogada no lago ou nos poções (que se formam neste período do ano) e facilitar a pesca, pois induz dormência nos peixes. Esses grupos são, geralmente, familiares.

Fatores dessa mudança são o crescimento populacional e as dificuldades de encontrar principalmente a caça. As espécies mais comuns para a pesca são: traíra (*Hoplias*), surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), mandi (*Pimelodus pohli*), cascudo (*Loricariidae*), pirandirá (*Hydrolycus scomberoides*), cará (*Geophagus brasiliensis*), tucunaré (*Cichla ocellaris*), matrinxã (*Brycon*), curimatã (*Prochilodus scrofa*) e piranha (*Serrasalmus nattereri*). Os locais de pesca estão no rio Quitauaú, nos igarapés próximos às comunidades e integrantes desta bacia hidrográfica.

A preocupação com a pesca e a garantia de locais onde pudessem desenvolver esta atividade está registrada no processo de identificação e demarcação da TIM. O acesso ao rio Quitauaú sempre foi importante para a comunidade, principalmente na parte da mata da Serra da Lua, local utilizado para a pesca. Os indígenas também reivindicaram o acesso ao igarapé Jacamim, que era de domínio do Fazendeiro Casimiro. Este ameaçava colocar uma cerca elétrica para impedir a chegada dos indígenas ao igarapé. A reivindicação persistiu, como também, o acesso ao igarapé Grande que fica em áreas de mata de importância vital (FUNAI, 1981).

As famílias criam pequenos animais em seus quintais, como galinha, pato, porco, peru, cisne e picota. A fonte de proteínas tem outras duas origens: a criação de gado e a caça. A comunidade Malacacheta tem um rebanho coletivo de, aproximadamente, 150 cabeças de gado que vivem na fazenda comunitária e integram um projeto coletivo. A caça é realizada individualmente (por família) e tem como principais espécies capturadas a cotia (*Dasyprocta aguti*), paca (*Cuniculus paca*), porco do mato (*Tayassu tajacu*), veado (Família Cervidae), macacos (*Primates*), tatu (*Dasypodidae*), anta (*Tapirus terrestres*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), onça (*Panthera onca*), jacaré (*Alligatoridae*).

As decisões da comunidade ocorrem em reuniões comunitárias (Figura 4), onde são tratados assuntos como os projetos, a educação, saúde, segurança, questões relacionadas à juventude, produção, interação com outras instâncias (organizações indígenas, instituições públicas), ações futuras e projetos que deverão ser desenvolvidos na comunidade. Elas ocorrem no malocão (construção coletiva localizada na parte central da comunidade) e são coordenadas pelo primeiro tuxaua (liderança máxima da comunidade) e pelo vice-tuxaua e contam com a participação de demais lideranças, como capataz (é uma função dentro de uma comunidade, um membro eleito em assembleia que auxilia o tuxaua nas atividades e solução de problemas locais). As lideranças são eleitas em uma reunião com os membros da comunidade, que escolhem e votam em um dos moradores para ficar como liderança por dois anos, podendo ser reconduzido.

Figura 4: reunião comunitária (2022) no malocão da comunidade Malacacheta.



Organizações indígenas tem a função de discutir com os moradores questões amplas que tratam desde a produção e projetos desenvolvidos, a saúde, educação, papel das mulheres. As comunidades da Terra Indígena Malacacheta participam e interagem com as seguintes organizações indígenas: Conselho Indígena de Roraima (CIR), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR) e Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR).

Dentre as ações que envolvem organizações e moradores da comunidade, é possível destacar projetos que valorizam o artesanato e as artesãs que elaboram colares, peneiras, cestos e outros produtos. Esta atividade é desenvolvida na Casa da Mãe Artesã.

A infraestrutura da comunidade Malacacheta é considerada boa pelos moradores. Existem duas escolas, uma estadual (Figura 5), que atende alunos do ensino fundamental e médio, e outra da prefeitura que atende ao público infantil, além de uma quadra esportiva construída pela prefeitura e outra pelo governo estadual para prática de esportes. Há um posto médico, com uma equipe composta por enfermeiro, técnicos, médico e dentista.

Figura 5: Escola Estadual Indígena Sizenando Diniz (2022).



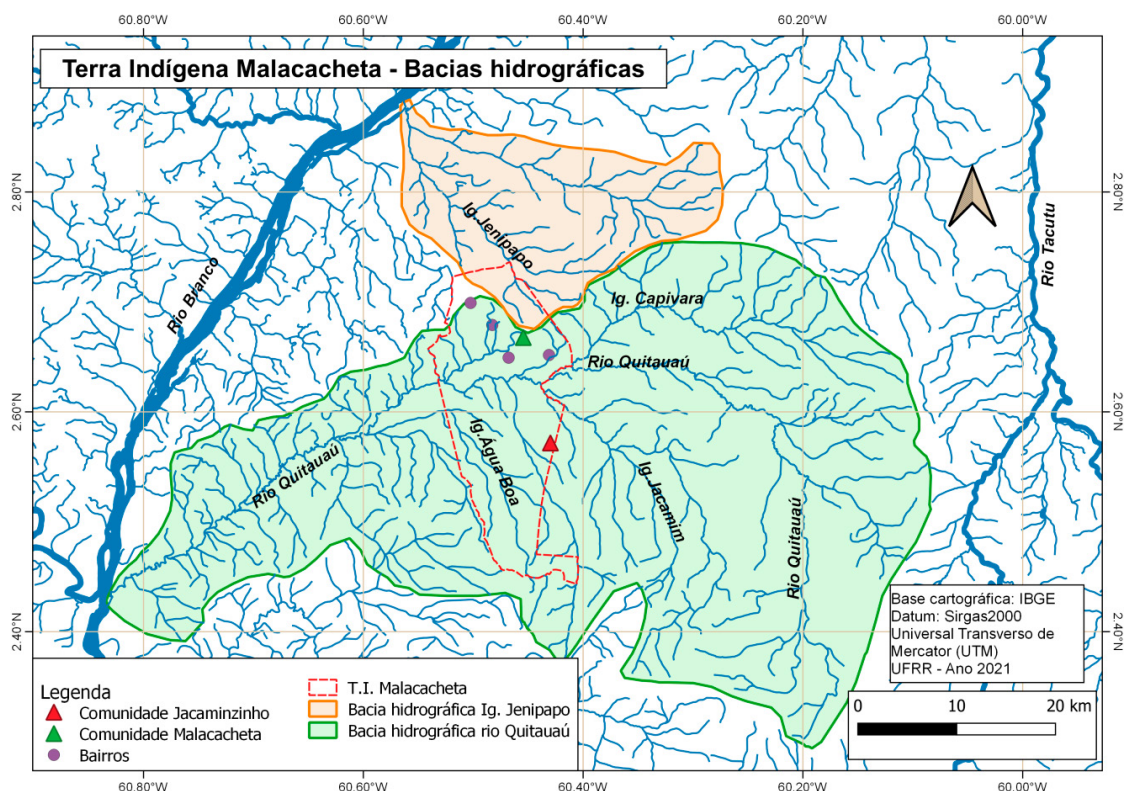
A energia elétrica chega por rede no ano de 1996, com fornecimento 24 horas, o que deixa a comunidade com mais autonomia e sem depender do gerador de energia que funcionava a óleo diesel. A estabilidade energética possibilitou instalar alguns pontos de internet, facilitando a comunicação dos moradores e, principalmente, um suporte para os alunos das escolas no que se refere ao acesso ao conhecimento. As residências são abastecidas com água retirada de reservatórios subterrâneos (dois poços tubulares e um poço amazonas), conectados em uma rede de distribuição.

Nos momentos festivos na comunidade destaca-se o dia das mães, dos pais, festas da escola e, principalmente a Festa da Damorida, quando a comunidade se reúne no malocção e no pavilhão, formado por barracas para comercialização de produtos (alimentos, artesanato).

NOVOS BAIROS E OCUPAÇÃO ESPACIAL NA TERRA INDÍGENA MALACACHETA

A etnorregião da Serra da Lua é limitada a oeste pelo rio Branco e a leste pelo rio Tacutu (um dos formadores do rio Branco). A rede de drenagem é composta por um conjunto de igarapés e rios de menor porte que integram as bacias hidrográficas destes dois rios. A TIM localiza-se em duas bacias hidrográficas, a do rio Quitauaú e do igarapé Jenipapo, ambos afluentes do rio Branco (Figura 6).

Figura 6: Terra Indígena Malacacheta e as bacias hidrográficas

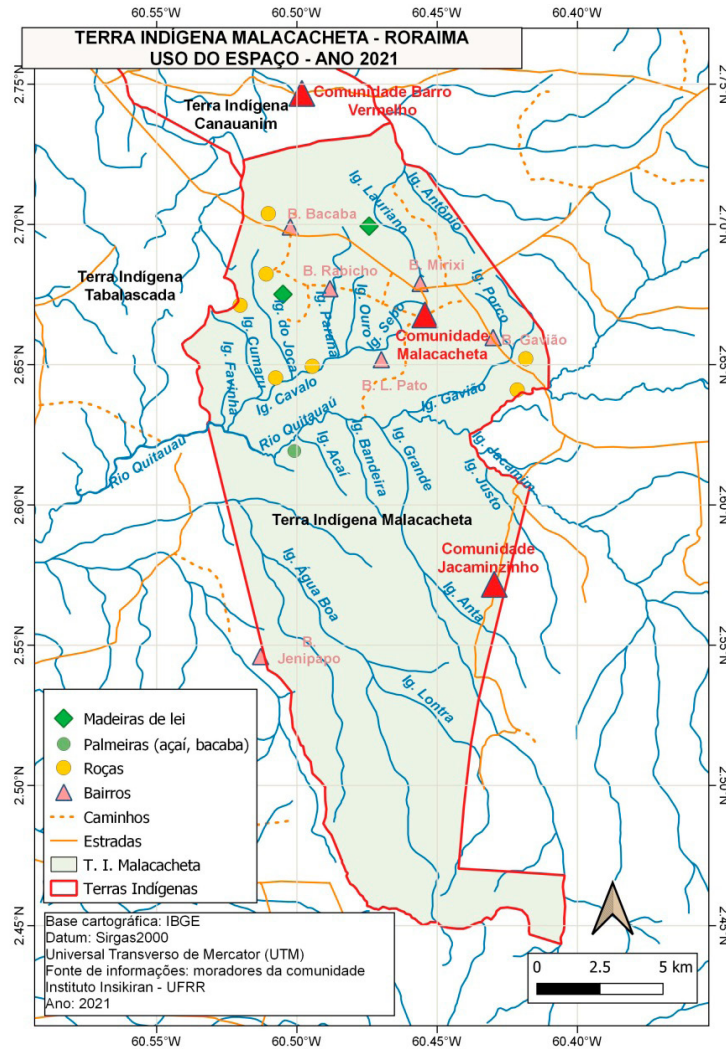


Fonte: elaborado a partir da base cartográfica contínua do IBGE e informações coletadas na comunidade.

O rio Quitauaú é a referência e os novos bairros se formaram nesta bacia. Os igarapés Lauriano e Antônio integram a bacia do igarapé Jenipapo e nas proximidades do primeiro está localizado o bairro Mirixi. No que se refere à paisagem, a Terra Indígena Malacacheta possui uma parte menor de Lavrado (savana parque) e outra mais expressiva de mata (Floresta Ombrófila Densa). Um dos afluentes do rio Quitauaú é o igarapé Cavallo, densamente ocupado pelos moradores. Na área de Lavrado, os afluentes desse importante igarapé são o Joca, o Paraná, o Ouro e o Sebo; na área de floresta temos os afluentes Cumaru e Favinha. Os afluentes do Quitauaú que está em áreas de lavrado são o Porco e Gavião e, na área de floresta, os afluentes (igarapés) Justo, Grande, Anta, Bandeira, Açai, Água Boa e Lontra.

A bacia do igarapé Cavallo foi a área escolhida para a expansão da comunidade Malacacheta, com a criação de bairros a partir do ano de 2002 (bairros Bacabal, Rabicho, Gavião, Lago do Pato). Nesta mesma área estão as roças e áreas onde retiram madeira para uso doméstico - lenha e construções (Figura 7).

Figura 7: mapa de ocupação da Terra Indígena Malacacheta



Fonte: elaborado a partir da base cartográfica contínua do IBGE e informações coletadas na comunidade.

Segundo os dados do Censo do DSEI-Leste, existe um crescimento de cerca de 130%. A população no ano de 2000 era de 507 moradores e no ano de 2022 está com uma população total de 1.159 moradores, o que levou várias famílias a buscarem novos locais para habitar dentro da TIM. Os moradores apontam que a ampliação da área ocupada pelos moradores (novos bairros) trouxe reflexos nos recursos hídricos, como retirada de árvores da mata ciliar (Figura 8). Segundo um dos entrevistados, as mudanças decorrentes do uso da vegetação têm gerado igarapés cada vez mais rasos, que secam facilmente no verão. No caso do Igarapé do Sebo, também o fogo causado por moradores traz destruição de parte da vegetação e prejuízo à vida dos animais (Figura 9). Este entrevistado (MP) traz reflexões no sentido de que, se pudesse, faria igarapés mais profundos e que uma solução é a criação de projetos voltados para a preservação e recuperação ambiental, como plantio de árvores nas áreas de matas ciliares. Além da observação de menor oferta de água, comenta também que a coloração da água tem se alterado nos últimos anos e que essas características obrigaram a comunidade a abrir poços para manter a oferta de água potável.

Figura 8: desmatamento das matas ciliares em igarapé do Sebo da comunidade na TIM – área do Porto do Zé Preto (2021).



Funcionários da escola Sizenando Diniz expressaram, também, a preocupação com os cursos d'água e que a comunidade poderia contribuir com ideias e projetos. Uma possibilidade levantada é a limpeza e plantio nas margens, ideia corroborada por outros entrevistados. Para um morador, as águas ainda conservam o aspecto natural e a existência de peixes, porém há uma desvalorização dos igarapés por parte da comunidade, como o caso do principal igarapé da comunidade Malacacheta, o Sebo. Também a colocação de um bueiro acarretou mudanças no igarapé e a água se tornou imprópria para o consumo, sendo um dos fatores da queda da qualidade (SA, 2021).

Figura 9: fogo ateado nas matas ciliares do igarapé do Sebo, na TIM (2021).



Um dos entrevistados, que é funcionário da saúde e morador da comunidade (JM, 2021), apresentou uma preocupação relevante. Para o agente de saúde, “os igarapés eram bonitos e a paisagem era diferente, mas, atualmente, o que presencia é sujeira (lixo) e áreas queimadas com a destruição de buritizais”. Citou que a água, do modo como está atualmente, não serve para o consumo humano (JA, 2021), e, em caso de necessidade de uso, precisaria de tratamento específico. Defendeu também que um projeto de reflorestamento seria importante e possibilitaria a recuperação da área afetada pelas queimadas. Outra ação que importante seria a conscientização da comunidade no sentido de não jogar lixo nos igarapés e não atear fogo.

Para o tuxaua da comunidade (JA, 2021), é importante pensar ações para reflorestar as margens dos igarapés e, constantemente, alertar nos momentos comunitários, com o objetivo de despertar o sentimento de preservação na população, apesar de não se alcançar muito sucesso. Aponta para mudanças ambientais na paisagem do principal igarapé da comunidade, onde o descuido traz consequências para os moradores e que vários animais morreram. Destaca que a solução já foi apresentada para a comunidade, mas que não conseguiram avançar. A proposta era criar um projeto de mudas para o reflorestamento e que já iniciaram, mas a falta de recursos e a má utilização do pouco que existia não permitiu que o projeto tivesse continuidade. A construção de uma pequena barragem no igarapé trouxe consequências, como a morte de vários buritis.

Na avaliação do tuxaua (JA, 2021) dá uma tristeza ver os igarapés degradados e que secam em algumas épocas do ano (Figura 10). Principalmente a situação do Sebo ficou expressa no depoimento de um ex-tuxaua (figuras 11 e 12), que observou que no ano de 2021 ocorreu um verão (período de estiagem) muito forte e, em decorrência, uma grande queimada atingiu o igarapé que é ponto de referência da comunidade, por onde chegam moradores e visitantes.

No igarapé do Sebo, é possível encontrar lixo e a comunidade tem que ter consciência, precisa de incentivo sendo a recuperação do igarapé mais que uma questão financeira,

de recursos, mas de ações dos moradores para realizarem limpeza e reflorestar. Podem contar com a ajuda do poder público, mas as ações e participação da comunidade serão fundamentais para recuperar o igarapé.

Lembrou que, algum tempo atrás, o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) fez um plantio de buritis no igarapé, mas o fogo impediu o crescimento das árvores.

Figura 10: área nominada pela comunidade de Passagem do Sr. Anastácio, igarapé do Sebo (2021).



Figura 11: igarapé do Sebo, na TIM, em 2016, antes de uma forte queimada.



Figura 12: igarapé do Sebo, na TIM, no período de seca em outubro de 2018 e os sinais de degradação pela ação humana.



Os moradores observam e apresentam preocupações com a situação dos igarapés da TIM, principalmente a área mais ocupada (bacia do igarapé Cavalos) e da referência da comunidade, o igarapé Sebo. Acreditam que o engajamento da comunidade é fundamental para que o atual cenário seja alterado e que os segmentos devem participar, desde a escola até as lideranças e, se for o caso, com apoio de órgãos externos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As etnorregiões são organizadas a partir de decisões das lideranças e comunidades, porém acompanham a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), que reúne os territórios em um Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Cada DSEI está dividido em polos-base que facilitam o atendimento à saúde. Em Roraima existem dois distritos: o DSEI-LESTE que agrupa 31 terras indígenas e o DSEI- Yanomami. Uma etnorregião é constituída a partir da localização das comunidades indígenas, isto é, um conjunto de comunidades próximas geograficamente.

Por exemplo, cada etnorregião tem um representante legal à frente das organizações indígenas como forma de organização territorial nas assembleias. A etnorregião da Serra da Lua tem sua paisagem marcada pela savana (Lavrado) e suas matas (ilhas); agrupa nove terras indígenas e 24 comunidades divididas em três polos-base.

No século XVIII, época dos colonizadores, surgiu uma disputa por domínio de propriedade entre portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses. A decisão de definir os limites territoriais foi dada com contato com os povos originários, ocasião em que se criou aldeamentos, povoados e, a partir daí, foi construído o Forte São Joaquim. Dentre as ações que marcaram este período, destacam-se a formação de fazendas, retiro de gados (parte específica de uma comunidade com um curral e pequena casa), missões religiosas, escolas e internatos, que tinham como objetivo dominar e controlar a população indígena.

Em décadas mais recentes, os povos indígenas perceberam a necessidade de regulamentar a questão fundiária e demarcar suas terras. No caso da Malacacheta, a importância de demarcar o território surgiu no ano de 1970; foi instaurado em 1979, pela FUNAI, um Grupo de Trabalho o qual afirmava que as populações indígenas tinham suas criações domésticas tanto para o consumo, quanto para venda na capital. A partir daí surgiu um grupo para a compra de terras dos posseiros conforme o documento mencionado anteriormente no presente artigo, e um dos sócios era Sr. Constantino Viana Ferreira, com 68 anos na época; a FUNAI estava ciente da situação, mas na realidade, ocorria uma insegurança pelo mecanismo de compra.

A vida cotidiana da população ainda se pautava no cultivo de seus alimentos por meio das roças, cujo produto principal é a mandioca, da qual são extraídas a goma, farinha e a tapioca. Outras atividades, como caçar e pescar, estão presentes entre os moradores que as realizam individualmente e não mais coletivamente ou em família. O modo de organizar e tomar decisões estão nas reuniões comunitárias onde se tratam questões sobre saúde, educação e segurança, entre outros, com apoio das organizações OMIRR, CIRR e OPIRR. A comunidade Malacacheta conta com boa infraestrutura e energia. Com a rede de distribuição de água, alguns moradores relacionam este fato com um processo que caminha no sentido de desvalorizar os igarapés como fonte de água e vida.

O rio Quitauaú é a referência para a comunidade e quase todas as áreas ocupadas estão em sua bacia, sendo as áreas mais ocupadas pela população: o próprio rio e um de seus afluentes, o igarapé Cavalão. Outros igarapés que formam a bacia e que estão dentro dos limites da TIM, com destaque para os igarapés do Sebo, Ouro, Paraná e Joca já apresentam situações de problemas pela ocupação. É possível concluir que, com o aumento da população, haverá paralelamente a busca de novas áreas para a construção de casas, roças, aumento da demanda por caça e pesca, o que tem causado preocupação com a situação do igarapé do Sebo. Por não haver a sensibilização dos moradores para com recursos hídricos e sua importância, tanto na quantidade quanto na qualidade, o quadro de degradação permanece e tende a aumentar.

DEPOIMENTOS:

Aillón, J. (JA): depoimento em mai. 2021. Entrevistador: Erison da Silva Cadete. Registro escrito. Cantá-RR, 2021.

Ambrósio, S. (SA): depoimento em mai. 2021. Entrevistador: Erison da Silva Cadete. Registro escrito. Cantá-RR, 2021.

Melo, J. (JM): depoimento em mai. 2021. Entrevistador: Erison da Silva Cadete. Registro escrito. Cantá-RR, 2021.

Messias, S. (SM); depoimento em mai. 2021. Entrevistador: Erison da Silva Cadete. Registro escrito. Cantá-RR, 2021.

Peres, M. (MP): depoimento em mai. 2021. Entrevistador: Erison da Silva Cadete. Registro escrito. Cantá-RR, 2021.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. W. B. (2014). *Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: invasão da Acacia mangium nas terras indígenas de Roraima*. Manaus: UEA Edições.
- Bethonico, M. B. M. (2020). Pequeno histórico da pecuária no Brasil e na Amazônia. In: M. B. M. Bethonico, *Os indígenas e o gado: cultura e história em Roraima*. Boa Vista: Ed. UFRR.
- Conselho Indígena de Roraima/CEDI (1991). *Serra da Lua é mais uma das regiões que se destaca em sua produção agrícola orgânica*. Recuperado de <https://cir.org.br/site/2020/11/26/regiao-serra-da-lua-e-sua-producao-agricola-o/>.
- Farage, N. (1991). *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS.
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (1981). *Identificação e delimitação da Terra Indígena Malacacheta, localizada no município de Cantá/RR*, n. 28870.000921/81-37, 1981.
- Garzoni, E.C., & Bethonico, M.B.M. (2019). Região e etnorregião – um olhar a partir da realidade dos povos indígenas de Roraima, Brasil. *Caderno de Geografia*, 29(2): 172-189.
- Instituto Socioambiental (2022). *Povos indígenas no Brasil*. Recuperado de <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana>.
- Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima. (2022). *Censo populacional do DSEI Leste de Roraima*. Boa Vista. Recuperado de: <https://api.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/api/core/bitstreams/13e9cfe8-c508-4f51-a43a-bd49b8fec6ce/contente>.
- Silva, N. C. S. (2019). Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, 3(2): 91-103.

Recebido em 22/nov./2023

Aceito em 02/mar./2024

Publicado em 07/out./2024